

MARCAS DE GÊNERO NA ESCOLA - SEXUALIDADE, VIOLÊNCIAS E DISCRIMINAÇÕES - REPRESENTAÇÕES DE ALUNOS E PROFESSORES

Mary Garcia Castro¹
Miriam Abramova²

Sumário

Recorrendo a pesquisas da UNESCO, em 14 cidades brasileiras, entre 2000-2002, discute-se as representações de jovens do ensino fundamental e médio e de professores e outros membros do corpo pedagógico, sobre temas como sexualidade e violências, destacando discriminações que se entrelaçam à sexualidade, como a homofobia³.

Precedem, tais análises, reflexões sobre a literatura relativa à violência e à masculinidade. Chama-se atenção para a reprodução de estereótipos e o lugar da escola em tal processo, considerando que muitos dos discursos de professores, por exemplo, alinham-se a uma cultura de senso comum que tende, se não necessariamente, a apoiar explicitamente o silêncio sobre discriminações. Deixa assim, a escola, de assumir um

¹ Mary Garcia Castro-pesquisadora UNESCO-Representação Brasil e UFBA-professora aposentada; Miriam Abramova-professora e pesquisadora Universidade Católica, Brasília.

Colaboraram na organização de dados e referências, os pesquisadores Fabiano de Souza Lima; Lorena Bernadete da Silva e Diana Teixeira Barbosa; e as assistentes de pesquisa: Christiani Maria Lima da Silveira; Luciana da Silva Bacellar; Salomé Lima Ferreira e Clesirlene de Oliveira Gomes da Silva—UNESCO

² Em "Violências nas Escolas" (op.cit.) e em pesquisas em andamento, e.g., sobre o Ensino Médio (Abramova et al. -com publicação prevista para 2004) e em uma exclusiva sobre Racismo na Escola (que se inicia) discute-se outro tipo de discriminação/violência, como o racismo.

papel mais agressivo, em termos de formação de cidadania, pautada no reconhecimento da diversidade e combate às discriminações, em particular por uma educação voltada à de-construção de violências

Adverte-se que este não é um trabalho crítico, dirigido a indivíduos ou coletividades, mas sim a processos e, em particular, ao esvaziamento de sentido, de uma boa intenção de revolucionar: culturas autoritárias, discriminatórias, quando operacionalizadas por ações parciais, legais, sem consideração de cenários econômico-sociais; o imaginário e as práticas das populações, com referência às políticas pretendidas; e, atropelando a democracia, quando tais intenções não são modeladas pela participação ativa dessas populações.

Defende-se que se deveria atentar mais para as parcas condições materiais das escolas brasileiras, em especial as públicas, assim como para o baixo reconhecimento sobre a importância do professor; a falta de alternativas para uma formação continuada e integral, em particular sobre temas transversais como ética, gênero e sexualidade; e a sua pouca participação no debate e operacionalização dos Parâmetros Curriculares Nacionais" para o ensino fundamental; e os orientados para o Ensino Médio" (Governo Brasileiro, 2001 e 2002), que, segundo muitos, "chegaram de cima".

Outro fator que inibe que boas intenções, no campo de políticas públicas em educação, passem a gestos de muitos, é a insatisfação de alunos em relação à sua não participação como sujeitos de mudança na/da escola e a falta de investimentos em defesa da representação juvenil, com marcas de gênero e etnia, naquele campo.